

## A INFLUÊNCIA DA COLONIZAÇÃO NO CARATER NACIONAL

ANA MARIA DOS SANTOS\*

Resumo: O artigo analisa, à luz de teóricos modernos, a influência da colonização no desenvolvimento do caráter nacional, bem como suas consequências na inserção do Brasil na Modernidade.

**M**ax Weber na sua obra “**A Ética Protestante e o Espírito do capitalismo**”, se utiliza do termo “Beruf” ou “Calling” para estudar a construção do “espírito do capitalismo” na formação da mentalidade capitalista ocidental.

Os efeitos desse “espírito”, segundo Weber, vão se fazer sentir em particular nos países europeus, onde a religião reformada se difundiria, principalmente a partir do ramo calvinista, com a construção do dogma da predestinação. Nesses países, as classes médias burguesas vão, não somente aceitar, como também defender “**de maneira nunca vista, a tirania inédita do puritanismo**”<sup>1</sup>. A Reforma não implicaria segundo ele, na eliminação do controle da Igreja sobre o comportamento do indivíduo. Esse controle, antes tênue, onde havia sempre o perdão como elemento capaz de restaurar a comunhão do cristão com o seu Deus e a Igreja, seria substituído pela regulamentação de toda uma conduta que vai se revelar em todos os momentos da vida do indivíduo. Os povos onde o protestantismo se faria religião predominante vão ser então portadores de uma ética com respeito ao trabalho ou melhor, de uma ética do trabalho, que vai em muito se contrapor à que se difundiria nas nações onde vai predominar o catolicismo, com repercussões inclusive, nas colônias onde tiveram influencia. Isto porque, se na interpretação dada pelo Luteranismo, a palavra “Beruf” assumiu uma conotação de um chamado de Deus para o exercício de todo e qualquer trabalho, nos países de influência católica a palavra “vocação”, correspondente a palavra alemã “Beruf”, é interpretada apenas como o chamado de Deus para o apostolado, enquanto que as demais atividades seculares estão no domínio do “livre arbítrio”, ou seja, tem uma valoração neutra perante o exercício da religiosidade. Se, para o cristão Luterano o ser relapso no trabalho significava ir de encontro aos desígnios de Deus, para o cristão Católico significava apenas ir de encontro à vontade dos homens.

Para a moral puritana (um dos principais ramos do protestantismo), o trabalho não é somente uma questão de sobrevivência, ou um castigo divino, ele é antes uma disciplina pensada como uma ascese, uma regra de vida imposta por Deus e à qual o homem deve seguir, não isolado de todos, como mandava a disciplina ascética praticada pelas Ordens religiosas católicas, mas, cumprindo fiel e pontualmente seus deveres seculares. Era, mesmo chegando ao ponto da completa satisfação de suas necessidades físicas (materiais), continuar no seu trabalho, que deveria ser executado como um dever moral e religioso e, conseqüentemente, um fim em si mesmo

A ociosidade não era permitida e a preguiça era tida como um mal para a alma. Ao rico, assim como ao pobre, não era permitida a desculpa do não-trabalho. Mesmo quando cessasse a exigência da busca da satisfação das necessidades materiais, deveria então empregar a riqueza em alguma coisa que fosse de utilidade à sociedade. A ostentação, o prazer e o luxo sem limites, não devem ser permitidos ao cristão. Até o amor por parentes e amigos, deve ser no íntimo vigiado, para não vir este a tomar no seu coração, o lugar do amor de Deus. O cristão, finalmente, deve ter uma vida consagrada a Deus, organizada, austera, sistematizada, racional, para mostrar que foi um escolhido, e o acúmulo de riquezas então viria como o **“resultado e expressão de virtude e de eficiência em uma vocação”**<sup>2</sup>. O puritano,

**“era um escolhido do Senhor, um dos eleitos. Em todas as atividades estava cercado pela graça de Deus, de modo que cada acontecimento, do maior ao mais trivial, podia ser classificado como uma provocação ou sinal, uma graça ou uma sentença. Uma fé viva na doutrina da predestinação separava-o e a seus companheiros, dos receptáculos da ira divina que constituem o restante da humanidade”**<sup>3</sup>.

Esse grupo tinha a consciência de que, como povo escolhido por Deus, tinha uma missão como classe historicamente progressista, empenhada numa luta revolucionária.

Esse tipo de comportamento racional salientado por Weber, vamos encontrar exemplo nos povos europeus que vão colonizar a América do Norte. Movimentos de população provocados por fatores religiosos e políticos no início da expansão colonizadora inglesa da primeira metade do século XVII, vão levar para as novas colônias na América, vários grupos protestantes: os **Peregrinos** (Separatistas ou Congregacionistas); os **Puritanos**; os **Episcopalianos** (um ramo dos anglicanos); os **Quakers**; os **Batistas**, etc. Todos eles tendo como característica, uma fé inabalável, demonstrada na forma como enfrentavam as dificuldades, numa região que estava ainda por se

fazer. A par com esta coragem de enfrentar as adversidades, havia o idealismo, a independência e a autoconfiança política.

São várias formas de expressar sua crença religiosa na nova terra, inclusive pelos católicos que, em 1634, se instalaram na colônia de Maryland. Como uma uniformidade era impossível, a tolerância religiosa seria fundamental à América, daí que em 1649 é editada pela Assembléia de Maryland a “**Lei de Tolerância**”, através da qual todos os crentes na divindade de Cristo poderiam gozar de liberdade de adoração.

Um exemplo desse **espírito do capitalismo**, dessa ética, que vai ser responsável pela construção do caráter nacional deste povo, está em Benjamin Franklin (1706-1760), físico e político que muito contribuiu na Guerra de Independência americana. Se bem que cristão já não muito fervoroso, Franklin, por influencia de seu pai, protestante contrito, vai demonstrar nas suas “**máximas**” uma influencia bastante forte dos ensinamentos recebidos: “**Lembra-te que tempo é dinheiro**”, onde a vadiagem é tida como antieconômica; “**Lembra-te que o dinheiro é de natureza prolífica**”, onde enfatiza que não se deve deixar o dinheiro parado, sem giro; “**O bom pagador é dono da bolsa alheia**”, onde depois da frugalidade e da industriiosidade, nada contribui mais para um jovem subir na vida do que a pontualidade e a justiça em todos os seus negócios<sup>4</sup>. Estas admoestações, retiradas das suas próprias experiências, poderiam, na forma como são apresentadas, até serem tachadas, segundo Weber, de utilitaristas, porém na medida em que Franklin atribui seu reconhecimento da utilidade da virtude a um chamado divino, querendo leva-lo pelo caminho da honestidade, ele quer mostrar algo mais que máximas puramente egocêntricas.

Já os traços ascéticos que se desenvolveram no mundo católico, tenderam sempre para um alheamento do mundo (Weltfremdheit), a uma indiferença frente aos bens materiais, daí a crítica católica à “secularização” dos ideais do protestante, ao seu “**materialismo**” no que diz respeito ao desenvolvimento material.

“**O católico é mais tranqüilo, tem menos impulso aquisitivo; prefere uma vida, a mais segura possível mesmo que isso implique em uma renda menor, à uma vida arriscada e cheia de excitação, mesmo que essa torne possível a obtenção de honrarias e riquezas,. Isto é comprovado pelo provérbio “coma ou durma bem”<sup>5</sup>.**

Essa Weltfremdheit, segundo observação de Weber, vai aparecer ainda na estrutura ocupacional de países de composição religiosa mista: os católicos, indo para o ramo das Humanidades e raramente para institutos superiores de estudos técnicos ou de ocupações comerciais e industriais, enquanto

que, os jovens protestantes preferem a aprendizagem dos institutos modernos, do último tipo citado para no futuro irem para as fábricas, ocupar os cargos superiores da mão de obra especializada, assim como administrativa.

Para o católico medieval, a religião era uma força viva e seus preceitos guiavam o homem em todos os passos da vida. Aceitar o apetite do ganho, a propriedade, a usura, o empréstimo de dinheiro e a cobrança de juros como forças naturais, inevitáveis, parecia ao pensador medieval algo irremediavelmente imoral e irracional e admitir que a Economia um dia, viesse a ser uma ciência autônoma, desligada dos aspectos morais da vida, era-lhe completamente impossível. Não havia muito espaço para a adoração dos valores materiais, tudo era realizado **ad majorem Dei gloriam**. Os bens materiais poderiam ser desejados, mas somente como auxiliares do estado de graça, devendo no entanto manter a vida corporal do indivíduo, servindo como instrumento de virtude. Os fatores econômicos eram encarados pelos escolásticos com bastante escrúpulo. A propriedade era tida como um **“mal necessário”**, que se devia tolerar como concessão à fraqueza humana pois, **“os homens trabalhavam mais e disputavam menos quando os bens eram privados”**. O comércio era tido como a mais perniciosa das profissões e o Estado ideal, seria aquele que tivesse menos necessidade de comerciantes. O trabalho do artesão, ao contrário do trabalho do comerciante, era respeitado, mesmo quando ele vendia o fruto do seu trabalho com lucro. Eram aplaudidos porque trabalhavam para o seu sustento, enquanto o comerciante ia atrás do **“turpe lucrum”**, revendendo objetos dos quais não tinha tomado parte na feitura. Ao contrário do vocacionado calvinista, que vai mostrar que é um escolhido de Deus, na medida em que sua riqueza material aumenta a cada dia, na visão do teórico medieval, o indivíduo que, mesmo já tendo o bastante para satisfazer suas necessidades materiais, e mesmo assim continuava a trabalhar com a finalidade de adquirir mais riqueza ou uma posição social mais importante dentro da sociedade; em qualquer destes casos, estaria sendo impelido pela avareza ou pelo orgulho, comportamentos estes, condenáveis.

O comerciante deveria procurar o ganho não como um fim, mas como remuneração do seu trabalho. Só assim, se fazia reconciliado com Deus. O que deveria ser cobrado era o **“justo preço”**, tanto pelo artesão que faz as coisas, como pelo comerciante que as transporta, pois ambos trabalham segundo sua capacidade. O pecado estava em especular em se aproveitar das necessidades públicas para o aumento dos lucros privados. Tal atitude, segundo a Igreja, não fazia a pessoa melhor que um criminoso.

A usura era condenada como pecado. Aqueles que a praticavam eram

considerados “**monstros de iniquidade**”. Era ainda considerada contrária à natureza, porque era o mesmo que “**vender o tempo**”, para proveito dos maus, tempo este que pertencia a Deus. Condenavam-na ainda por impedir o desenvolvimento da lavoura, uma vez que, entre aplicar o seu dinheiro com usura ou em investimentos menores, como financiar animais e implementos para pequenos agricultores, os ricos iriam preferir a primeira alternativa. Os agricultores por sua vez, só se dedicariam a cultivar a terra, quando não tivessem outra alternativa. Daí grassaria então a fome.

A Reforma viria, com todas as suas conseqüências dando ao lucro e às transações uma posição dentro da sociedade que nunca tinham tido antes. Era reconhecido ao comerciante sua diligencia e indústria. As habilidades econômicas, vão passar a ser vistas como verdadeiras virtudes. O juro passa a ser estimulado. Do dinheiro emprestado, aquele que emprestou deveria tirar tanto proveito quanto aquele que tomou emprestado. A riqueza é mal vista, só quando é mal aplicada. A procura da riqueza passa a ser uma forma de disciplinar o caráter, não esquecendo que é primordialmente uma forma de satisfazer a Deus. A pobreza é sinal de maldição, de ociosidade, daí se considerar a mendicância um pecado contra Deus, um mal social, devendo portanto, ser reprimido. Para Calvino, só o trabalho tornava o corpo são e forte. A única coisa da vida que fazia o homem se assemelhar a Deus<sup>6</sup>.

Essa ética diante do trabalho e do lucro vai se refletir de forma clara, no processo de colonização das Américas e conseqüentemente na construção do caráter nacional dos seus povos.

As peculiaridades das duas Américas, vão se definir logo a partir do tipo de colonização que as caracterizam. A América do Norte, com uma colonização “**por povoamento**”, com os seus primeiros habitantes chegando com a intenção de ali permanecer. Queriam liberdade religiosa, cultuar o seu Deus, interpretar a Bíblia à sua maneira e trabalhar. Chegavam com mulher e filhos para fundar uma nova pátria. Sem espírito aventureiro, estavam ali para esperar as compensações a longo prazo. Queriam segurança e se esforçavam no trabalho. Tinham a partir daquele momento, uma nova nacionalidade. Estavam ali para servir a Deus e, como escolhidos, prosperar materialmente, o que significava exercitar a sua fé. Depois de uma etapa de dificuldades, à custa de grandes esforços, era criada uma economia auto-suficiente, baseada na pequena propriedade voltada para o consumo interno, desenvolvendo-se mais tarde a exportação de produtos, principalmente alimentos para as ilhas produtoras de açúcar do Caribe<sup>7</sup>. Exportavam não só alimentos, mas também animais de tração para os engenhos de açúcar, assim como madeira para a fabricação das

caixas para embalagem do produto. A abundância de madeira adequada à fabricação de navios, vai permitir aos colonos mais tarde, desenvolverem uma indústria de construção naval, que vai se constituir também em produto de exportação.

Essa independência nos negócios com relação à Metrópole inglesa, que foi sempre característica das colônias do norte, vai ser fator importante para sua emancipação política. Quando a Inglaterra quis, através de medidas legislativas dar um basta à concorrência que as colônias setentrionais estavam lhe fazendo, o que conseguiu foi apenas precipitar a separação.

O português, ao contrário do colonizador que vai a América do Norte, era o “conquistador”. Enfrentava a viagem ao Novo Mundo, sem o espírito de empreendedor e sem a consciência do trabalho sistemático. Vinha em busca da riqueza fácil e rápida, do ouro e da prata. Com esse espírito de aventura e buscando sempre novas experiências, não temia o provisório, estando aí talvez, segundo alguns autores, o elemento fundamental para a adaptabilidade demonstrada em face da adversidade encontrada. A difusão da fé, a ampliação dos domínios da Cristandade, bastante presente ainda, não deixavam contudo sobrepujar o ideal mercantilista, já bastante forte no espírito das nações ibéricas à época dos descobrimentos.

O tipo de colonização que no Brasil vai ser implantada, é o de “**exploração**”. A indústria do açúcar, modo como a coroa portuguesa vai fazer da colonização um negócio lucrativo, será no sentido que vimos desenvolvendo uma forma de ocupação aventureira do espaço, não correspondendo, como se pode verificar à versão de uma empresa tipicamente agrícola. A característica vai ser de uma baixa capacidade técnica, que se adapta simplesmente às condições naturais do meio onde vai se desenvolver. Não houve no desenvolvimento desta economia, paralelamente à grande lavoura, qualquer esforço no sentido de serem desenvolvidas outras atividades produtivas. Isto por que, o trabalho, por não ser “vocado” - vontade de Deus -, não cria na Colônia, barreiras éticas ao surgimento de uma discriminação ao exercício das atividades consideradas manuais, de “baixa reputação social”. Daí a observação de Vilhena, na sua “**Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília**”, de 1820:

**“Como todas as obras servis e artes mecânicas são manuseadas por escravos, poucos são os mulatos, e raros os brancos que nelas querem empregar, nem aqueles mesmos indigentes que em Portugal nunca passaram de criados de servir, de moços de tábua e cavadores de enxada; os criados (que vêm de Portugal) tem por melhor sorte o ser vadio, o andar morrendo de fome, o vir parar em soldado e às**

vezes em ladrão, do servir um amo honrado que lhes paga bem, que os sustenta, os estima, e isto por não fazerem o que os negros fazem em outras casas; as filhas do País têm um timbre tal, que a filha do homem mais pobre, do mais abjeto, a mais desamparada mulatinha forra com mais facilidade irão para o patíbulo do que servir ainda a uma duquesa, se a terra as houvesse”<sup>8</sup>.

Essa mesma recusa pelo trabalho contribuía ainda, para uma baixa produtividade e mesmo para o atraso no campo:

**“havendo Embora terras abundantes carecem de propriedade até mesmos aqueles que poderiam ser proprietários, pois não tendo 150&000(cento e cinqüenta mil réis) para comprar cada negro que trabalhe o mesmo é ser proprietário que não ser”<sup>9</sup>.**

A escravidão negra, introduzida como força preponderante de trabalho assim como, o tipo de indústria peculiar que se organizava nas fazendas e que permitia a cada unidade produtiva uma independência, fez com que não ocorresse na colônia o desenvolvimento de ofícios paralelos ao trabalho agrícola, assim como, a própria condição aventureira da colonização, não foi propícia à vinda de artífices para a colônia. Este modo de produção “historicamente novo”, teria o papel de não fomentar no homem livre da colônia, a necessidade de cooperação mútua e de organização, fundamental em todo tipo de trabalho<sup>10</sup>. Em tudo e para tudo o colonizador vai depender do escravo. O escravo era **“mãos e pés do senhor de engenho”**, já observava Antonil<sup>11</sup>. A maior conquista do indivíduo na colônia era o direito ao ócio, ao não fazer nada. Possuir um escravo já significava o direito de permanecer em casa pois o mesmo com o seu trabalho, proveria o sustento do senhor. Este direito ao ócio era bem socialmente invejado. Gilberto Freyre, em sua obra **“Casa Grande & Senzala”**, vai retratar muito bem a vida ociosa do senhor de engenho:

**“Ociosa, mas alagada de preocupações sexuais, a vida do senhor de engenho tornou-se uma vida de rede. Rede parada, com o senhor descansando, dormindo, cochilando. Rede andando, com o senhor em viagem ou a passeios debaixo de tapetes ou cortinas. Rede rangendo, com o senhor copulando dentro dela. Da rede não precisava de afastar-se o escravocrata para dar as suas ordens aos negros; mandar escrever as suas cartas pelo caixeiro ou pelo capelão; jogar gamão com algum parente ou compadre. De rede viajavam quase todos -sem animo para montar a cavalo: deixando-se tirar de dentro de casa como geléia por uma colher. Depois do almoço, ou jantar, era na rede que eles faziam longamente o quilo...”<sup>12</sup>.**

Desse modo é a Casa Grande, a vida rural, tendo a escravidão como instituição maior que lhe dá suporte, que vai determinar as características da sociedade brasileira. Mais tarde, o processo de transformação implícito nos valores urbanos se exteriorizam em comportamentos que nada mais são que uma adequação dos antigos valores aos padrões urbanos. O status social da família se definiria muito mais pela existência em seu seio, de um bacharel, um militar, um clérigo do que a ampliação dos bens materiais.

Este comportamento característico da burguesia lusitana, onde as aspirações de ascensão à nobreza eram mais fortes que os valores ditos “burgueses” vai trazer conseqüências para o desenvolvimento da colônia. Vai ser a supervalorização das atividades intelectuais, que brotará como virtude na sociedade em contraposição às atividades práticas, característica de uma mentalidade urbana. Daí o conflito com a racionalidade burguesa, onde o trabalho prático é que se torna o fator primordial. É ainda a preservação dos valores e práticas ligados à Casa Grande, e conseqüentemente à falta de formação de uma mentalidade específica burguesa, que vai dar embasamento a um tipo bastante difundido de comportamento social. O que se vê ainda hoje na nossa sociedade, é o indivíduo, formado no âmbito desta estrutura social sendo influenciado por “relações de simpatia” que são fatores que tendem a dificultar a sua incorporação normal à sociedade, ou melhor, a outros grupos sociais. Analisando esta questão, Sérgio Buarque de Holanda vai dizer que as relações impessoais características do Estado, são para estes indivíduos “desagradáveis”. Daí sempre que possível procurar reduzi-las ao nível do pessoal e afetivo<sup>13</sup>. Essas relações que podem ser caracterizadas como do tipo tradicional, impedem mais rapidamente então, a inserção da sociedade brasileira a um padrão mais moderno de comportamento. Enquanto o desenvolvimento exige cada vez mais que o indivíduo se prepare para enfrentar os desafios que lhe são colocados pela concorrência, implícita à Modernidade, mais ele se acomoda às relações descritas acima e, com essa mentalidade, não consegue fazer uma separação entre o público e o privado. Esperam das relações de compadrio e afilhadismo a possibilidade para ascenderem socialmente. Não é o critério do trabalho ou da competência o que conta, e sim, o relacionamento que tenha com tal ou qual político ou pessoa de projeção social. Em todos os momentos de reconhecimento social, do político, do econômico, a hereditariedade tem um peso predominante. Pode-se perceber nisto a diferenciação de comportamento que Max Weber faz entre as relações que se dão num Estado de tipo “patrimonial”- tradicional- e num Estado de tipo “burocrático”. Num verdadeiro Estado burocrático, onde prevalecem as relações impessoais, a característi-

ca que se sobressai, é a especialização das funções. Ali, o Estado faz o possível para assegurar ao cidadão todas as garantias que lhe são dadas por direito. Numa sociedade com características de um Estado Patrimonial, a escolha do material humano que vai exercer as funções públicas, está mais de acordo com a confiança pessoal que merece, do que com a capacidade, a competência que tenha para o cargo a ser exercido. No Brasil, o que existe é o predomínio constante das vontades particulares, onde o caráter impessoal da escolha raramente prevalece. Isso se dá principalmente ao nível da escolha dos cargos públicos, onde a indicação de nomes é normalmente realizada, tendo como pressuposto ou a amizade e a confiança que o superior deposita no escolhido ou a tradição do nome familiar. Isto se dá em todos os níveis da administração pública, indo desde a administração federal até as prefeituras das menores cidades. Não existe a impessoalidade que caracteriza as ações do Estado burocrático na escolha dos seus quadros.

Assim, o que vemos é o fato de que, a sociedade destituída dos elementos básicos que pudessem contribuir para uma realização adequada do carácter nacional, reproduz uma compreensão de desenvolvimento e de modernidade, sem nenhum suporte nacional, totalmente inadequados aos padrões contemporâneos do desenvolvimento capitalista. Hoje mais do que nunca, na sociedade brasileira os valores que enriquecem e orientam a conduta do homem coletivo, estão muito aquém do que se pode considerar um padrão de Modernidade. Virtudes como honestidade, pontualidade, moralidade, respeito, idoneidade, legalidade, etc., que são reguladoras do comportamento social, estão sendo quotidianamente secundarizadas como valores coletivos universais, tendo reconhecimento apenas como virtudes do indivíduo isoladamente.

O que se faz necessário portanto, é que seja mudada a compreensão que se tem com relação à responsabilidade social de cada um, e isto só virá com a mudança dos valores tradicionais, conseqüentemente a redefinição das virtudes inerentes à Modernidade.

**Abstract:** This article utilizes modern theories to analyze the influence of colonization in the development of national character as well as its consequences for the modernity of Brazil.

#### NOTAS:

\* Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>1</sup> WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Livraria

Pioneira Editora, 1967, p. 21.

<sup>2</sup> WEBER, M. 1967, p.33.

<sup>3</sup> MORTON, A. L. *A História do Povo Inglês*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, p. 187.

<sup>4</sup> WEBER, M. 1967, p.33

<sup>5</sup> OFFENBACHER, M. *Confission u. Soziale Schichtung. Eine Studie über die Wirtschaftlicche Lage de Katoliken u. Protestanten in Baden*. Apud WEBER, M. 1967, p.23

<sup>6</sup> TAWNEY, R. H. *Religion and the Rise of Capitalism*. Apud MOOG, C. V. 1973, p. 58.

<sup>7</sup> FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1971. p. 58

<sup>8</sup> VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de Noticias Soteropolitanas e Brasilicas (anno de 1802)*. Bahia, 1927.p.140.

<sup>9</sup> VILHENA, 1927, p. 933

<sup>10</sup> GORENDER, Jacob. *O Escravidismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1978, p.53.

<sup>11</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo, Nacional, 2.edição. s/d, p. 159

<sup>12</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Lisboa, Livros do Brasil, s/d,p.409

<sup>13</sup> HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1975, cap.5

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e Minas. (Texto da Ed. De 1711). Int. e vocab. Por A. P. Canabrava. São Paulo, Nacional, s/d. 2. Edição.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o regime de economia patriarcal. Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1971.

GORENDER, Jacob. O Escravidismo Colonial. São Paulo. Ática, 1978.

HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. Rio de janeiro, José Olympio, 1975. 8. Edição.

MOOG, C. Viana. Bandeirantes e Pioneiros. Porto Alegre, Globo, Brasília, INL, 1973.

MORTON, A. L. A História do Povo Inglês. Rio de janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

VILHENA, Luís dos Santos. Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasilicas (anno de 1802). Bahia, 1927.